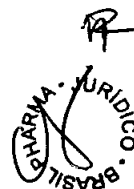


The image shows three 5x7 dot matrices. The first matrix represents the number 16, the second represents 09, and the third represents 13. Each matrix is composed of black dots on a white background, arranged in a grid of 5 rows and 7 columns.

São partes neste “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brasil Pharma S.A.” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
BRASIL PHARMA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário (“CVM”), com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 3º andar, Itaim Bibi, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.395.624/0001-71, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Brasil Pharma”, “Companhia” ou “Emissora”); e
- II. como agente fiduciário das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
PENTÁGONO S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado pelo seu estatuto social, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6 abaixo) (“Debenturistas da Primeira Série”) e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 7 abaixo) (“Debenturistas da Segunda Série” e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, “Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Emissora, “Partes”).

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:



JUCESP
15 09 13

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 5.5.1 abaixo) ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures ("Oferta"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), serão realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 10 de setembro de 2013 ("RCA"), conforme disposto no artigo 59, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10, alínea "t" do Estatuto Social da Companhia.
- 1.2 Por meio da RCA a diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas na RCA, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido adiante).

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata de RCA.* A ata de RCA da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I e 289, da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários relacionados com a Emissão e/ou com as Debêntures que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da ata de RCA também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal "Valor Econômico", conforme legislação em vigor;
- II. *Inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e do § 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- III. *Registro para distribuição e negociação nos mercados primário e secundário.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas

DUCE SP

15 09 13

financeiramente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures processadas na BM&FBovespa; e

- IV. *Registro na CVM.* O registro da Oferta será requerido à CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alteada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, e por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”) e pelo Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado (“Convênio CVM-ANBIMA”), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis ora vigentes.
- V. *Análise Prévia pela ANBIMA e Procedimento Simplificado de Registro.* O registro da Emissão será requerido por meio do Convênio CVM-ANBIMA, sendo a Emissão objeto de análise prévia pela ANBIMA, para elaboração de parecer técnico, no âmbito do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas” datado de 9 de julho de 2010 (“Código ANBIMA”) e do Convênio CVM-ANBIMA, conforme vigentes nesta data e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social: (a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de artigos farmacêuticos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; (b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos (“PBM”) no setor privado e público; (c) loja de conveniência e “drugstore”, destinadas ao comércio, mediante auto-

JUCESP
16 09 13

serviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade e serviços relativos ao objeto social; (d) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; (e) o transporte rodoviário de mercadorias; (f) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; (g) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; (h) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) gestão e comercialização de bens comerciais e de direitos próprios; e (j) a prestação de serviços de consultoria, intermediação e representação, inclusive, mas não se limitando, comercial.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma: (i) 80% (oitenta por cento) para reforço de caixa da Companhia; e (ii) 20% (vinte por cento) para reforço de capital de giro da Companhia, conforme detalhado na seção "Destinação de Recursos" do Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo).

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

- 5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.
- 5.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta será de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, conforme definido na Cláusula 5.13 abaixo.
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas, inicialmente, 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado que tal montante pode ser aumentado em função da emissão de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas na Cláusula 5.13 desta Escritura de Emissão, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada uma das Séries (conforme definidas abaixo) será definida em sistema de vasos comunicantes após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ressalvado que qualquer das Séries (conforme definidas abaixo) poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série (conforme definidas abaixo), bem como o número de Séries (conforme definidas abaixo) efetivamente emitidas serão objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, ficando desde já a

JUCESP
16 09 13

Companhia e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de prévia aprovação societária ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 11 abaixo).

- 5.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em até 2 (duas) séries (“Séries”), observado o disposto na Cláusula 5.3 acima. O somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderá exceder o valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e nem a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, na Data de Emissão, exceto nos casos de aumento da Oferta em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures do Lote Suplementar.
- 5.5.1 *Debêntures.* Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 5.5.2 *Procedimento de Bookbuilding.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures (“Procedimento de Bookbuilding”), a ser realizado pelos Coordenadores (conforme definidos na Cláusula 5.17 abaixo), nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta, e nos termos do artigo 23, §§ 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 7.4.2 abaixo), observado o disposto abaixo, bem como do número das séries e da quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas em cada Série, observado o disposto abaixo:
- I. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de

JUCESP

15 09 13

2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, incluindo, ademais, a participação, no limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta, de Pessoas Vinculadas, assim definidas como investidores que, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sejam: (i) administradores ou controladores da Emissora, (ii) administradores ou controladores de quaisquer dos Coordenadores, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores ("Pessoas Vinculadas"). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400; e

- II. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP, e será divulgado por meio do anúncio de início da Emissão, nos termos do artigo 23, § 2º, da Instrução CVM 400.
- 5.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBovespa, conforme o caso, será emitido, pela BM&FBovespa, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.
- 5.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").
- 5.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100,

JUCESP

16 09 13

Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

- 5.9 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 5.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com nenhuma garantia ou preferência, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Repactuação Programada.* As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada.
- 5.13 *Aumento da Oferta.* Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo), poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil, setecentos e cinquenta) Debêntures ("Debêntures do Lote Suplementar"), destinadas a atender o excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures do Lote Suplementar poderão ser da Primeira Série e/ou da Segunda Série e terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura de Emissão, observado que as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitida serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação. Adicionalmente, nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures ("Debêntures Adicionais"), na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures Adicionais poderão ser da Primeira Série e/ou da Segunda Série e terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura de Emissão, observado que as Debêntures Adicionais eventualmente emitidas serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação. Caso ocorra o aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, esta Escritura de Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem

DUCE SP

16 09 13

necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da RCA.

- 5.14 *Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa.* Não será permitido o resgate antecipado facultativo ou a amortização antecipada facultativa das Debêntures, exceto em caso de indisponibilidade da Taxa DI e/ou do IPCA, nos termos indicados nesta Escritura.
- 5.15 *Oferta de Resgate Antecipada.* Sem prejuízo das hipóteses de resgate antecipado descritas no item (I) da Cláusula 6.4.5. abaixo e no item (I) da Cláusula 7.4.1.3.3 abaixo, a Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativa para a totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas de cada Série, respectivamente, endereçadas a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, observados os termos e prazos previstos nos itens I a IV abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”). A Companhia obriga-se a realizar oferta de resgate antecipado obrigatória para a totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas de cada Série, respectivamente, endereçadas a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, observados os termos e prazos previstos nos itens I a IV abaixo na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas nos itens XIV, XV, XVI e XX da Cláusula 8 abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório e, em conjunto com a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, “Oferta de Resgate Antecipada”). A Oferta de Resgate Antecipada deverá ser realizada da seguinte forma:
- I. a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipada por meio de (i) publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.25 abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipada”), (ii) envio de comunicado por escrito ao Agente Fiduciário e (iii) simultânea disponibilização da referida comunicação em sua página na Internet no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que ocorrer quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula 5.15 acima, no caso de Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório, e na data do envio de comunicado ao Agente Fiduciário nos termos do item (ii) acima, no caso da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. O Edital de Oferta de Resgate Antecipada deverá descrever os termos e condições da

DUCE SP
15 09 13

Oferta de Resgate Antecipada, incluindo (a) o prazo pelo qual os Debenturistas poderão aceitar o resgate de suas respectivas Debêntures, o qual deverá ser feito até o 35º (trigésimo quinto) dia após a divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipada; (b) o valor do resgate, observado o disposto no item II abaixo; (c) a forma de manifestação escrita à Emissora do Debenturista que deseje aceitar a Oferta de Resgate Antecipada; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, que deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após a data em que for encerrado o prazo de aceitação da Oferta de Resgate Antecipada pelos Debenturistas, sendo certo que todas as Debêntures objeto da oferta serão resgatadas em uma única data; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipada, sendo que eventuais manifestações dos Debenturistas acerca da adesão à Oferta de Resgate Antecipada deverão ser encaminhadas diretamente à Emissora;

- II. o valor a ser pago em relação às Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipada deverá ser equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio ou penalidade;
- III. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à oferta, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e/ou à BM&FBovespa sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data do resgate antecipado;
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) pela BM&FBovespa, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBovespa; e
- V. na hipótese da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória ser motivada pela ocorrência do evento previsto no item XX da Cláusula 8 abaixo, se a qualquer momento, entre a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipada e o 35º (trigésimo quinto) dia da referida publicação, a Companhia obtiver o

JURISP

15 09 13

restabelecimento do *rating* das Debêntures igual ou superior à classificação “A-Br” ou o seu equivalente, a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória será automaticamente cancelada e a Companhia deverá informar tal fato por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de simultânea disponibilização da referida comunicação em sua página na Internet.

- 5.16 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 5.17 *Colocação e Plano de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, sob o Regime de Garantia Firme, da Brasil Pharma S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com intermediação do Banco Citibank S.A., na qualidade de coordenador líder (“Citi” ou “Coordenador Líder”), bem como do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), todas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, “Coordenadores”).
- I. A garantia firme será prestada exclusivamente pelo Santander e pelo Citi, em igual proporção, sem solidariedade entre estes, no montante total de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), de forma que, no caso de exercício da garantia firme, tanto o Santander quanto o Citi poderão optar por exercê-la em relação a qualquer uma das séries das Debêntures ou mesmo em relação a ambas, a seu exclusivo critério.
- II. As Debêntures serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, o Coordenador Líder, com expressa

30/09/2013

anuência da Emissora, deverá, adicionalmente, em conjunto com os demais Coordenadores, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, incluindo, por referência, o Formulário de Referência (conforme abaixo definido) da Emissora, com informações sobre a Emissora e sobre a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (“Prospecto Preliminar”, “Prospecto Definitivo” e, conjuntamente, “Prospectos”), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

III. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após (i) o registro da Oferta pela CVM, (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e da BM&FBovespa, (iii) a publicação do anúncio de início e (iv) a disponibilização para os investidores do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “Instrução CVM 480”, respectivamente), e do Prospecto Definitivo, e, se for o caso, versão atualizada do Formulário de Referência. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

5.18. *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas da respectiva Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento.

5.19. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração (conforme abaixo definida) das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

12

15 09 13

- ✓

DOESP

16 09 13

sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, obedecido o valor correspondente a cada uma das Séries.

- 5.25. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso aos Debenturistas, a ser publicado no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://ri.brasilpharma.com.br/>). A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante prévia comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e prévia publicação, na forma de aviso aos Debenturistas, no jornal acima indicado.
- 5.26. *Liquidez e Estabilização.* Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 5.27. *Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para esta Emissão.
- 5.28. *Classificação de Risco.* Foi contratada como agência de classificação de risco a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("*Fitch Ratings*"), a qual somente poderá ser substituída pela Emissora após a prévia aprovação pelos titulares das Debêntures.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

- 6.1 *Quantidade:* O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("*Debêntures da Primeira Série*") será definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures da Primeira Série apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.2 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2018 ("*Data de Vencimento da Primeira Série*").
- 6.3 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo que a primeira parcela será paga em 15 de setembro de 2017 e a

DUCEAP
16 09 13

última na Data de Vencimento.

6.4 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto nas Cláusulas 6.4.1 e 6.4.2 abaixo:

6.4.1 *Atualização monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente; e

6.4.2 *Juros remuneratórios:* Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série subsequente (exclusive), e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “*Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21*”, disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros-1)$$

onde,

DUCE SP

15 09 13

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida ao final do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI”, sendo “n_{DI}” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

DUCEAP
15 09 13

onde,

spread = acréscimo sobre a Taxa DI-Over, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 1,8500, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “n” um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.4.2.1

Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série: O período de capitalização das Debêntures da Primeira Série significa, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive; para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série subsequente, exclusive (“Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série”). Cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos

JUCESP
16 09 13

desta Escritura de Emissão, conforme o caso.

6.4.2.2

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios: Ressalvada a hipótese de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, ou ainda a hipótese de ocorrer um resgate antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente no dia 15 dos meses de março e setembro, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2014, sendo que o último pagamento das Debêntures da Primeira Série ocorrerá na Data de Vencimento da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga nas seguintes datas:

Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série
15/03/2014
15/09/2014
15/03/2015
15/09/2015
15/03/2016
15/09/2016
15/03/2017
15/09/2017
15/03/2018
15/09/2018

6.4.3

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Observado o disposto na Cláusula 6.4.4 abaixo, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures da Primeira Série previstas nesta Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas da Primeira Série, quando da

DUCE SP
16 09 13

divulgação posterior da Taxa DI.

- 6.4.4 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série para que os Debenturistas da Primeira Série possam definir, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série, quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.
- 6.4.4.1 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.
- 6.4.5 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja quórum para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, qual a alternativa escolhida dentre:
- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, sem pagamento de multa ou prêmio, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização

QUICESP
16 09 13

da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI disponível; ou

- II. a Companhia deverá amortizar, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pela maioria dos Debenturistas da Primeira Série reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Companhia deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

7. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

- 7.1 Quantidade: O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série ("Debêntures da Segunda Série") será definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures da Segunda Série apurada

JUCESP
16 09 13

por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

- 7.2 *Data de Vencimento*. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures da Segunda Série será de 07 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2020 (“Data de Vencimento da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, “Data de Vencimento”).
- 7.3 *Amortização do Valor Nominal Unitário*. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, a partir do 72º (septuagésimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo que a primeira parcela, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, será paga em 15 de setembro de 2019 e a última parcela, equivalente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, será paga na Data de Vencimento.
- 7.4 *Remuneração*. As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto nas Cláusulas 7.4.1 e 7.4.2 abaixo:
- 7.4.1 *Atualização monetária*: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da Data de Emissão (“Atualização Monetária da Segunda Série”), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série”), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas

JUCESP
16 09 13

decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série após a data de aniversário, o “NI_k” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

- (a) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- (b) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão;
- (c) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (d) Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;
- (e) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das



JUCESP
16 09 13

Debêntures da Segunda Série;

(f) O fator resultante da expressão $(NI_k/NI_{k-1})^{dup/dut}$: é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(g) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

(h) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

7.4.1.1. Para fins de cálculo do Preço de Subscrição, caso, até a data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, o NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{KP} = NI_{K-1} \times (1 + \text{Projeção})$$

onde,

NI_{KP} = Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(a) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(b) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

7.4.1.2. *Indisponibilidade Temporária do IPCA.* No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão para as Debêntures da Segunda Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo

UCCSP
15 09 13

devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

- 7.4.1.3. *Indisponibilidade do IPCA* Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época.
- 7.4.1.3.1 Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias das Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.
- 7.4.1.3.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série.
- 7.4.1.3.3 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima, não haja quórum para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou acordo sobre a substituição da taxa de Atualização Monetária da Segunda Série entre a Companhia e Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida dentre:
- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com seu consequente cancelamento, sem pagamento de multa ou prêmio, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida

DUCE SP
16 09 13

Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

- II. a Emissora deverá amortizar, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, observado que: (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, as Debêntures da Segunda Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Segunda Série e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima.

- 7.4.2 *Juros remuneratórios*: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso incidirão juros correspondentes à soma exponencial de um percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para o cupom das Notas do Tesouro Nacional – série B (“NTN-B”) com vencimento em 15 de agosto de 2020, taxa essa a ser apurada entre o 5º (quinto), 4º (quarto) e o 3º (terceiro) dia útil antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série, definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série a partir da Data de Emissão (inclusive), ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de

JUCESP
16 09 13

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série subsequente (exclusive), e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remuneração das Debêntures”).

Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem Debenturistas da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculado com 8(oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Segunda Série, informado/calculado com 8(oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator de Juros = \{[(taxa/100 + 1)^{DP/252}]\}$$

onde:

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

7.4.2.1 *Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série*: O período de capitalização das Debêntures da Segunda Série significa, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de

30033P

16 09 13

Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, exclusive; para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, inclusive, e termina da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série subsequente, exclusive (“Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série”). Cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, conforme o caso.

7.4.2.2

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios: Ressalvada a hipótese de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, ou ainda a hipótese de ocorrer um resgate antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2014, sendo que o último pagamento das Debêntures da Segunda Série ocorrerá na Data de Vencimento da Segunda Série (“Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures”). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga nas seguintes datas:

Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série
15/09/2014
15/09/2015
15/09/2016
15/09/2017
15/09/2018
15/09/2019
15/09/2020

DUCE SP
15 09 13

8. VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 8.2. e 8.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso VII abaixo, dos Encargos Moratórios), mediante o recebimento, pela Companhia, de carta protocolada ou carta com aviso de recebimento, encaminhada ao endereço da Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou não contestado de boa-fé no prazo legal, desde que, nessa hipótese, seja devidamente comprovado ao Agente Fiduciário o pagamento da dívida que serviu de fundamento ao pedido de falência, ou decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada relevante (sendo entendida como a sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia que represente, individualmente, o menor de (x) 1% (um por cento) da receita bruta consolidada da Companhia; ou (y) 5% (cinco por cento) do EBITDA – A (conforme definido abaixo) da Companhia ("Controlada Relevante")) direta ou indiretamente pela Companhia;
- II. pedido de recuperação judicial ou submissão qualquer credor ou classe de credores a plano de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- III. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas;
- IV. extinção, liquidação ou dissolução da Companhia, ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes;
- V. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão, sem a observância de seus termos, exceto pela substituição

30000000

15 09 13

dos prestadores de serviços inerentes à presente Emissão;

- VI. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal, mesmo arbitral, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de quaisquer documentos referente à Emissão;
- VII. não pagamento, pela Companhia, na respectiva datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas não sanada no período de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- VIII. não cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia, sendo que este prazo não se aplica aquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- IX. inadimplemento, nas respectivas datas de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Companhia e/ou de qualquer uma de suas controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se a Companhia comprovar, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente seguinte à data de inadimplemento de que trata este item, que tal inadimplemento (i) não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Companhia; (ii) contar com a concordância do credor correspondente; ou (iii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Companhia;
- X. falta de cumprimento por parte da Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem de forma material a capacidade da Companhia de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão;
- XI. protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra qualquer uma de suas controladas, cujos valores individuais ou agregados sejam iguais ou superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver

BTGP
18 09 13

sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de sua ocorrência;

- XII. trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais condenatórias, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Companhia que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Companhia de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Companhia, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem (b), seja aceita pelo juízo competente;
- XIII. ocorrência de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Companhia, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terço) das Debêntures em circulação; (ii) se for realizada uma incorporação pela Companhia (de tal forma que a Companhia seja a incorporadora) de quaisquer outras sociedades; ou (iii) por reorganização societária entre sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia;
- XIV. os membros do conselho de administração da Companhia eleitos pelos acionistas BTG Pactual Pharma Participações S.A. e BTG Pactual Principal Investments FIP ("Acionistas BTG") não elejam o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia, exceto se a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.15 desta Escritura de Emissão;
- XV. constituição de Controle a qualquer momento, seja individualmente por um acionista ou por meio de um grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas, sendo entendido o termo "Controle", para fins deste item, como a manutenção da titularidade de ações que representem 50% mais uma ação de emissão da Companhia, exceto se: (i) o bloco de Controle constituído for formado pelos Acionistas BTG, o qual deverá ter a maioria de votos no referido bloco de Controle; ou (ii) a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.15 desta Escritura de Emissão;
- XVI. caso os Acionistas BTG não elejam, no mínimo, 3 (três) dos membros do

16 00 13

XVII. alteração, direta ou indireta, do controle acionário, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, das controladas essenciais (sendo entendidas como aquelas que representem individualmente 15% (quinze por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Companhia) da Companhia, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, ou (ii) decorrente de reorganizações societárias realizadas exclusivamente entre as próprias controladas da Companhia;

XVIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

XIX. durante a vigência das Debêntures, provarem-se que, na data em que foram prestadas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia eram falsas ou enganosas;

XX. o *rating* das Debêntures seja rebaixado para um nível, em escala nacional, inferior à classificação equivalente a “A-Br” concedida pela *Fitch Ratings*, exceto se a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.15 desta Escritura de Emissão; e

XXI. não observância pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres alternados, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias úteis do envio das informações previstas no item III da Cláusula 9.1 abaixo, a serem calculados pela Companhia com base nas suas informações financeiras consolidadas ao final de cada trimestre, a partir de 30 de junho de 2013, incluindo as demonstrações financeiras *pro forma* consolidando as aquisições concluídas de empresas adquiridas a menos de 12 (doze) meses da data-base do cálculo dos Índices Financeiros, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

海

QUER
15 09 13

- (b) EBITDA – A/Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 2,0 (duas) vezes.

onde:

"Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, aquisições a pagar, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA – A" corresponde ao lucro (prejuízo) líquido, antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização, com base nos últimos 12 (doze) meses, e ajustado para despesas não recorrentes, sendo uma medição não contábil elaborada pela Companhia; e

"Despesa Financeira Líquida" corresponde ao resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo dos Índices Financeiros. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa, o referido índice não será considerado no respectivo período.

- 8.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previsto s nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX da Cláusula 8.1 acima, que deverão ser informados pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de até 1 (um) dia útil do evento, observados os prazos específicos ali previstos, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ainda assim, obriga-se o Agente Fiduciário, assim que ciente, a enviar, no prazo de até 1 (um) dia útil da declaração de vencimento antecipado, à Companhia comunicação escrita informando tal acontecimento.
- 8.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 8.2 acima), que deverão ser informados no prazo de até 1 (um) dia útil a contar da data da ocorrência pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.4 e 8.5 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar ou tomar ciência de sua ocorrência, Assembleia

QUCEAP
15 09 13

Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto na Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A referida Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 8.4. Na ocorrência do vencimento antecipado de Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do seu efetivo pagamento, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP e/ou da BM&FBovespa, estas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 8.5. Fica desde já estabelecido que a verificação, pelo Agente Fiduciário, dos Eventos de Inadimplemento relacionados às controladas da Companhia, será feita exclusivamente com base na declaração a ser enviada pela Companhia, conforme Cláusula 9.1, subitens (a) e (b) do inciso (I) abaixo, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo, sem prejuízo de eventuais verificações independentes a partir de publicações de fatos relevantes ou de notícias em jornais de grande circulação.

9. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

9.1 A Companhia está obrigada a:

I. (i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social, ou na data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da

QUERER
15 09 13

administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhadas de:

- (a) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora; e (b) declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, inclusive com relação às suas controladas;
- (b) dentro do legalmente estabelecido, após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (c) em até 15 (quinze) dias do fornecimento das demonstrações financeiras previstas nos subitens (a) e (b) do inciso (I) desta Cláusula 9.1, enviar ao Agente Fiduciário demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Emissora, com a memória de cálculo demonstrando a abertura das contas que permitiram o cálculo em questão, e todas as rubricas necessárias para a obtenção de referidos Índices Financeiros, bem como quaisquer outras informações que tenham sido necessárias para a verificação dos Índices Financeiros;
- (d) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem publicados, cópia dos avisos aos Debenturistas;
- (e) notificar o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Companhia, em até 1 (um) dia útil da respectiva convocação;
- (f) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 5.25 acima;
- (g) sem prejuízo do item (f) acima, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, fatos relevantes e atos societários da Companhia, bem como as informações pertinentes à Instrução CVM 480, que devam ser publicadas ou enviadas à CVM, em até 05 (cinco) dias úteis após as respectivas publicações ou do envio das informações à CVM;
- (h) em até 1 (um) dia útil contado da sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive com relação às controladas; ou (ii) envio de

JUCESP
16 09 13

- cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (i) em até 1 (um) dia útil contado da sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão; e (ii) do trânsito em julgado de qualquer sentença judicial condenatória ou sentença arbitral definitiva ou emissão de laudo arbitral definitivo contra a Companhia de que trata a Cláusula 8.1, item XII desta Escritura de Emissão;
 - (j) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (k) na data de divulgação ao mercado, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
 - (l) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente protocolizados na JUCESP, em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de assinatura.
- II. informar o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e/ou a BM&FBovespa sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
 - III. cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, a BM&FBovespa e/ou a CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei;
 - IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
 - V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se a não manutenção de tais autorizações e licenças não afetar de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar

suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a agência de classificação de risco e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP²¹ e BOVESPAFIX);
- VIII. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1. acima;
- IX. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que para as despesas individuais acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais), estas devem ser previamente acordadas com a Companhia, nos termos da Cláusula 14 abaixo;
- XI. convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias, no entendimento da Companhia, afetem direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XII. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XIII. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- XIV. manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos regulamentos e instruções da CVM aplicáveis, em especial a Instrução CVM 480;
- XV. contratar a agência classificadora de risco que seja a *Fitch Ratings*, observado os termos da Cláusula 5.28 desta Escritura de Emissão, para obtenção de “rating”, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado. O relatório de classificação de risco (*rating*) objeto de atualização deverá ser encaminhado à ANBIMA no prazo de até 15 (quinze) dias de sua veiculação;

31.03.2019
15 09 13

- XVI. encaminhar à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior em até 1 (um) dia útil;
- XVII. manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- XVIII. notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e/ou a BM&FBovespa ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato relevante que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- XIX. informar em até 2 (dois) dias úteis de seu conhecimento, à CETIP e/ou à BM&FBovespa ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de forma relevante, as informações prestadas no formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência"), nos Prospectos e nesta Escritura de Emissão; e
- XX. fornecer à BM&FBovespa e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e/ou à CETIP as informações necessárias para a realização do pagamento das Debêntures.
- 9.2 As despesas a que se referem a Cláusula 9.1 (X) acima não compreenderão aquelas incorridas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) dias úteis da data da solicitação;
 - (c) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades por parte da Companhia nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

DUCEP
16 04 13

- (d) despesas incorridas para a defesa dos Debenturistas caso a Companhia incorra em Evento de Inadimplemento, inclusive aquelas decorrentes do deslocamento, estadia e alimentação na realização de quaisquer reuniões ou assembleias com ou referente à Companhia.

9.2.1. As despesas descritas nesta Cláusula 9.2. e Cláusula 9.1 (X) acima deverão ser reembolsadas em até 05 (cinco) dias úteis do envio dos comprovantes pelo Agente Fiduciário.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a

DUCEAP

15 09 13

substituí-la (“Instrução CVM 28”), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 e 12 da Instrução CVM 28;
 - XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e
 - XII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.
- 10.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 10.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição, no prazo de até 1 (um) dia útil do evento;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em

DUCE SP
16 09 13

- circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso: (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 5.24 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 10.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:
- a) parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 05º (quinto) dia útil após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- b) as parcelas citadas no item “a” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1%

DUCE SP
16 09 13

(um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento; e

f) as parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

JUCESP
16 09 13

- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XI. convocar, conforme previsto na Cláusula 11 abaixo, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Companhia deve efetuar suas publicações;
- XII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;

JUL 16 09 13

- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (k.1) denominação da companhia ofertante;
 - (k.2) valor da emissão;
 - (k.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (k.4) espécie;
 - (k.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (k.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (k.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBovespa e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV

DUCE SP
16 09 13

acima;

- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e/ou à BM&FBovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e/ou a BM&FBovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
 - XVII. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e/ou à BM&FBovespa;
 - XX. calcular, em conjunto com a Companhia, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Companhia e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
 - XXI. informar, quando necessário, durante a vigência das Debêntures, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, se atua como agente fiduciário, em quaisquer outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, da Companhia ou sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, bem como informar os dados sobre tais emissões nos termos da Instrução CVM 28, sendo que tais informações relativas às emissões em que tenha atuado deverão ser divulgadas pelo Agente Fiduciário em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.
- 10.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 8 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

JUCESP
15 09 13

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 10.7 Observado o disposto na Cláusula 8 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 10.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as Assembleias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 10.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
11. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 11.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso (respectivamente, "Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto, "Assembleia Geral de Debenturistas"), observado que:
- I. quando o assunto a ser deliberado for comum aos Debenturistas de Primeira Série e aos Debenturistas de Segunda Série, os Debenturistas de ambas as Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série; e
 - II. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada Série, os Debenturistas da Primeira Série ou os Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos *quóruns* de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de

DUCE SP
16 09 13

interesse da comunhão dos Debenturistas de Primeira Série ou dos Debenturistas de Segunda Série, conforme o caso.

- 11.1.1 Para os fins de cálculo dos *quoruns* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, o assunto a ser liberado será considerado específico a determinada Série nas hipóteses previstas nas Cláusulas 6.4.4., 6.4.5 e 7.4.1.3., e sempre que se referir a alterações (i) da Remuneração, (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures.
- 11.1.2 Os procedimentos previstos nesta Cláusula serão aplicados à Assembleia Geral de Debenturistas e às Assembleias de Debenturistas da Primeira Série ou às Assembleias de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, e os *quóruns* aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures em circulação de ambas as Séries ou o total de Debêntures da Primeira Série e/ou Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 11.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM.
- 11.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 5.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 11.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 11.5 A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.
- 11.6 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 11.6.1. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive aquelas referente a casos de renúncia ou perdão temporário de qualquer obrigação (*waiver*), dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

DUCE SP
16 09 13

11.6.1. Não estão incluídos no *quorum* a que se refere a Cláusula 11.6 acima:

- I. os *quoruns* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, (a) dos *quoruns* previstos nesta Escritura de Emissão, exceto aqueles previstos na Cláusula 10.7 acima, que observarão o disposto na regulamentação aplicável; (b) da Remuneração das Debêntures das respectivas Séries, exceto pelo disposto na Cláusula 6.4.4 acima; (c) de quaisquer datas de vencimento e/ou de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) das condições financeiras da Oferta de Resgate Antecipada, conforme prevista nesta Escritura de Emissão; e (e) de qualquer Evento de Inadimplemento.
- 11.7 Para os fins de cálculo dos *quoruns* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, pela Companhia ou por qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 11.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando solicitada a comparecer.
- 11.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 11.10 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas o artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, bem como, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

JUCESP
16 09 13

12. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

12.1 A Companhia, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM conforme requerido pela Instrução CVM 480, e suas informações ali contidas e tornadas públicas estão atualizadas conforme requerido pela Instrução CVM 480;
- III. está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos da legislação em vigor;
- VI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e da NTN-B, e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VII. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VIII. esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro (conforme definido abaixo);
- IX. as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e as informações financeiras do trimestre encerrado em 30 de junho de 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela

30.08.2013
15 09 13

regulamentação aplicável;

- X. os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XI. não omitiu, ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002;
- XII. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta: (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa da Companhia; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, excetuando-se aqueles existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- XIII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XIV. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas

30CE SP
16 09 13

as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

- XV. exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras ou no Formulário de Referência da Companhia, inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso: (i) que possa ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XVI. as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na rede mundial de computadores – Internet, bem como dos Prospectos, conforme aplicável, serão, desde o pedido de registro de distribuição pública das Debêntures na CVM e seu respectivo registro até a ocorrência de um evento que dê causa à sua atualização, verdadeiras, consistentes, atualizadas, corretas e suficientes, e contém todas as informações relevantes em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- XVII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 12.2 A Companhia, assim que ciente, compromete-se imediatamente a notificar o Agente Fiduciário caso seja verificado que quaisquer das declarações aqui prestadas eram, na data em que foram prestadas, inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta

DUCE SP
15 09 13

Escritura de Emissão, obrigando-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

13. COMUNICAÇÕES

- 13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Brasil Pharma S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 3º andar
04543-900, São Paulo, SP

Att.: Sara Fantato Rezende Souza e Cristina Caiuby Salles

Tel.: (11) 2117-5200

Fax.: (11) 2117-5233

E-mail: sara.rezende@brph.com.br / cristina.caiuby@brph.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

Att.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação)

Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax.: (21) 3385-4046

E-mail:

middle@pentagonotrustee.com.br (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

DUCE SP
16 09 13

backoffice@pentagonotrustee.com.br (Assuntos Financeiros)

III. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano

01452-001 São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax.: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

IV. para BM&FBovespa:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antônio Prado, 48, 7º andar

São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 2565-4357

Fax.: (11) 2565-4055

14. DESPESAS

- 14.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, da CETIP, da BM&FBovespa, da agência de classificação de risco e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures (“Despesas”).
- 14.2 A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

15. RENÚNCIA

- 15.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer Parte em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas por tal Parte nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro

DUCE SP
15 09 13

inadimplemento ou atraso.

16. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

16.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil Brasileiro”), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

17.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

17.3 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

17.4 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

17.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo

JUCESP
15 09 13

sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 17.6 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

18. FORO

- 18.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.


São Paulo, 10 de setembro de 2013.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. As assinaturas seguem nas páginas seguintes)

JUCESP
16 09 13

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brasil Pharma S.A., celebrada entre Brasil Pharma S.A. e Pentágono S.A. DTVM. – Página de Assinaturas 1/3.

BRASIL PHARMA S.A.



Nome: **Carlos Dutra**
Cargo: **Diretor**



Nome: **Cristina Caiuby**
Cargo: **Diretora**

JUCESP
16 09 13

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brasil Pharma S.A., celebrada entre Brasil Pharma S.A. e Pentágono S.A. DTVM. – Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. DTVM

Nathalia L. Rocha
Nome: *Nathalia Rodrigues Rocha*
Cargo: *Procuradora*

JUCESP
16 09 13

Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brasil Pharma S.A., celebrada entre Brasil Pharma S.A. e Pentágono S.A. DTVM. - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nome: DAISY BELTRAN
RG: 30.830.926-9
CPF: 223.435.318-44

Nome: Vitor Dalsia
RG: 27.116.330-6
CPF: 355.714.728-20



BRASIL PHARMA JURÍDICO